

# **O DESAFIO DE ACESSO E PERMANÊNCIA DAS PESSOAS TRANSSEXUAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE IMPERATRIZ – MA.**

Pedro Venicius Alves Sousa <sup>1</sup>  
Jessé Gonçalves Cutrim <sup>2</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do processo da presença e permanência do público transsexual nas universidades públicas de Imperatriz – MA, refletindo como têm se tornado um tema central nas discussões sobre inclusão e equidade no ensino superior. Objetivou-se perceber os fatores que dificultam o acesso e a permanência de estudantes trans nas universidades, bem como entender como são construídas as experiências de pessoas trans dentro de um ambiente predominantemente cis heterossexual.

De acordo com Vergueiro (2018), o termo "pessoas trans" se refere a indivíduos que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento. Estes sujeitos, que não se alinham ao modelo social que associa identidade masculina a pessoas nascidas com pênis e identidade feminina a pessoas nascidas com vagina, podem se autodenominar de diversas formas, como travesti, homem ou mulher trans, pessoa agênero, ou pessoa transgênero não binária, entre outras.

Para entender a diferença entre identidades de gênero trans e cisgênero, é importante o conceito de cisgeneridade. "Cisgênero" designa toda pessoa que não é trans ou travesti. As pessoas cisgêneros vivem suas experiências dentro de um modelo social que foi criado para acomodar suas identidades, enquanto as pessoas trans enfrentam uma assimetria social que não se alinha com suas identidades de gênero (Vergueiro, 2018).

Segundo Louro (1997), no ambiente escolar constroem-se, em vários momentos, situações que legitimam separações entre gêneros, estimulando a competição e a

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, [pedro.venicius.sousa@uemasul.edu.br](mailto:pedro.venicius.sousa@uemasul.edu.br);

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Professor Assistente no Departamento de História e Geografia do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professor do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão em Imperatriz-MA. Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (MDPT/PUC-GO). Participou de estágio cursando disciplinas no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, como aluno especial. Mestre em Ciências da Educação (UPAP-PY), [jessecutrim@uemasul.edu.br](mailto:jessecutrim@uemasul.edu.br);

perpetuação de preconceitos generificados. Essa perspectiva é igualmente relevante no contexto universitário, onde a predominância de normas cis heterossexuais pode contribuir para a exclusão e marginalização de estudantes trans. As universidades, como espaços de formação e desenvolvimento intelectual, têm a responsabilidade de proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor a todos os seus alunos, sem distinção de gênero. Entretanto, as pessoas trans enfrentam desafios significativos que podem afetar sua trajetória acadêmica e seu bem-estar dentro dessas instituições.

Estudos recentes da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), é estimado que cerca de 70% da população trans não conclui o ensino médio e somente 0,02% estão inseridos no ensino superior. Esses dados ilustram um cenário desafiador que reflete barreiras significativas enfrentadas por pessoas trans na trajetória educacional.

Segundo LUSTOSA e FERREIRA (2019), a intolerância sofrida por este público vai além da violência física, sendo condicionados a um mercado informal da prostituição e sendo excluídos do mercado formal. Visto isso, a realidade enfrentada por esse grupo destaca a necessidade urgente de políticas e práticas mais inclusivas nas instituições acadêmicas, pois nota-se, que existe uma problemática para que esse público consiga ingressar o ensino superior.

Frequentemente, o corpo docente não está adequadamente preparado para interagir com alunas e alunos transexuais e travestis, o que resulta em práticas desrespeitosas, como o não reconhecimento dos nomes sociais. Em vez de respeitar a identidade de gênero dos estudantes, muitos educadores insistem em usar os nomes que constam nos registros civis, ignorando as preferências e identidades reais dos alunos.

Portanto, a escolha da temática se resulta em uma observação no cenário de educação superior nas universidades públicas de Imperatriz – MA, e como há uma evasão do público transsexual nestas universidades. O estudo tem como principal objeto de pesquisa analisar os fatores que prejudicam o acesso e a permanência destas pessoas ao ensino superior, sendo esses seus perfis socioeconômicos, cultural e educacional.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Esta pesquisa visa explorar os fatores que influenciam a permanência de pessoas transsexuais nas universidades públicas de Imperatriz-MA. A abordagem qualitativa será utilizada para compreender as experiências vividas, desafios enfrentados e estratégias de resistência desses estudantes no ambiente acadêmico.

A pesquisa qualitativa é particularmente adequada para explorar fenômenos complexos e entender as experiências dos participantes em seus próprios termos, permitindo uma visão mais profunda dos contextos e significados atribuídos às suas vivências.” Creswell, 2013, p. 45.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, permitindo uma compreensão profunda e detalhada das experiências individuais e coletivas das pessoas transsexuais. Essa abordagem possibilitou a capacitação da complexidade das questões de identidade de gênero e suas implicações no contexto universitário.

O campo de estudo inclui as universidades públicas UEMASUL e UFMA, localizadas em Imperatriz – MA, selecionadas com base em sua representatividade e acessibilidade para o público-alvo.

Nesse sentido, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas através de questionário com os participantes para explorar suas experiências acadêmicas, desafios enfrentados e estratégias de permanência. As entrevistas foram transcritas com a permissão dos participantes para análises posteriores, garantindo a confidencialidade e anonimato dos participantes.

Por fim, reconhece-se que a amostra intencional pode não ser representativa de toda a população de estudantes trans das universidades, e que a pesquisa qualitativa se concentra em experiências individuais, o que pode limitar a generalização dos resultados.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A pesquisa de Irigaray (2010) sobre a inserção de travestis e transexuais no mercado formal de trabalho revela que, para manter seus empregos, essas pessoas frequentemente são forçadas a separar suas características trans e interesses pessoais dos profissionais, reprimindo sua dimensão individual para atender ao "bem comum" organizacional. Essa dinâmica reflete a dificuldade em criar ambientes inclusivos que respeitem e integrem a diversidade de identidade de gênero, tanto no mercado de trabalho quanto no ambiente acadêmico.

Esta visão é limitada, uma vez que se pode identificar a presença de racionalidades concorrentes na organização, e que, portanto, os indivíduos não apresentam qualquer tipo de clivagem entre quem são, como homens e mulheres, dos papéis e exigências de suas profissões. No caso das travestis, sua identificação com o que foi construído como socialmente feminino tende a ser rejeitada fora das indústrias da moda, entretenimento e artes, nas quais, pelo contrário, chega a ser valorizada. Estes foram os casos dos maquiadores, cabeleireiros e costureiros entrevistados. (IRIGARAY, 2010, p. 10-11).

É notório que, a visão sobre as travestis é limitada, pois, apesar de uma percepção de clivagem entre identidade pessoal e papéis profissionais, as travestis não necessariamente enfrentam essa separação. Elas tendem a ser rejeitadas em áreas que não valorizam a feminilidade socialmente construída, como fora das indústrias da moda e artes, onde sua identidade é, na verdade, valorizada, como observado com maquiadores, cabeleireiros e costureiros.

Nesse contexto, a transexualidade não se define por características superficiais ou mudanças físicas e psicológicas específicas. Em vez disso, a identidade transexual é formada por fatores mais profundos, como a perspectiva pessoal sobre o mundo, o conhecimento individual e o sentimento de pertencimento a uma comunidade ou identidade. Conforme Benedetti (2005), “as múltiplas diferenças e peculiaridades que as pessoas vivenciam neste universo social não podem ser reduzidas a categorias ou classificações unificadoras” (p. 17). Ou seja, a compreensão e a expressão da transexualidade estão mais relacionadas com a experiência interna e o contexto social do que com alterações externas ou diagnósticos clínicos.

Destaca-se, que a sociedade frequentemente vê a transexualidade como uma patologia e a travestilidade como uma forma de marginalização, considerando essas identidades como inferiores por não se ajustarem aos padrões normativos estabelecidos. Segundo Aggleton e Parker (2001), essas percepções negativas são estigmas que exercem um controle social, desvalorizando esses grupos e criando uma hierarquia de superioridade e inferioridade.

O estigma é descrito como uma construção social que surge em contextos específicos, moldados por fatores temporais e históricos. Esse estigma pode resultar em exclusão social ao consolidar comportamentos e identidades que são considerados inferiores ou indesejáveis pela sociedade dominante. Assim, o estigma perpetua a marginalização e discriminação, afetando negativamente as pessoas que não se encaixam nos padrões tradicionais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Percebe-se, através desse trabalho que o acesso de pessoas transsexuais ao ensino superior está sujeito a um cenário com tantas dificuldades que permeiam de um contexto social violento, com o preconceito sendo um dos obstáculos de permanência e acesso desse público às universidades públicas. Nota-se que a presença desse público, com uma quantidade pequena no espaço educacional superior, acabam com a ausência

que existia anteriormente nas universidades públicas, porém o objetivo deste trabalho é apontar que as universidades públicas tem o dever de analisar os fatores socioeconômicos das pessoas transsexuais e adotar métodos que facilitem o acesso e a permanência dos mesmos no ensino superior.

Utilizando um questionário via Google Forms submetidos a universitários e não universitários transsexuais das universidades públicas da cidade de Imperatriz – Ma, pode-se ter respostas claras de quais são os maiores problemas para o acesso ao ensino superior. Dentre as respostas, notou-se que a faixa etária dos que estão incluídos é de 18 a 24 anos, com o maior percentual se identificando no gênero feminino. 66,7% das respostas declaram ser estudantes em tempo parcial conciliando a jornada acadêmica com a jornada de trabalho. As respostas ainda demonstram que dentro das universidades públicas de Imperatriz–MA, o maior desafio de permanência desse público são problemas financeiros. 66,7% das respostas relata que já sofreram preconceito com seu gênero nas universidades e que as instituições em que estão inseridos tem somente 33% de apoio para com eles.

Com a ajuda destes dados levantados, pode-se chegar a conclusão que no cenário educacional superior de Imperatriz-MA, os índices de problemáticas são maiores os que de soluções. É necessário que as instituições locais citadas neste trabalho, encontrem formas que facilitem a ingresso deste público em seus espaços, como por exemplo a adoção a cotas trans. A UEMASUL e UFMA acabam se atrasando no processo de inclusão quando não há debates para a adoção das cotas trans, algo que é necessário a muito tempo e que pode ajudar na equidade a cerca da ingresso para tais universidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vivemos em uma época que a diversidade é celebrada, mas não podemos esquecer que ainda há muitas pessoas que não conseguem celebrar a diversidade pois há alguns de seus direitos negados, direitos simples como ocupar um lugar no ensino superior.

Com resultado das bases bibliográficas e das respostas individuais do processo de pesquisa, nota-se que a educação superior brasileira ainda deve um aprimoramento a cerca do acesso e permanência do público transsexual nas universidades públicas. O corpo docente destas universidades devem sempre lembrar que o orgulho não deve ser celebrado somente em um mês e que este orgulho deve incluir o acesso a universidade para todos, inclusive as pessoas trans e travestis.

Materiais que englobam sobre este tema, palestras, maior capacitação de funcionários, apoio financeiro e reconhecimento das identidades sexuais destes sujeitos ajudam no processo de inclusão social, diminuindo assim o preconceito e fomentando o acesso e permanência deste público em todos os cenários das esferas sociais.

**Palavras-chave:** Permanência; Transsexual; Universidades públicas; Acesso.

## **REFERÊNCIAS**

Aggleton, P., & Parker, R. **Psychology, Sexual Health and HIV/AIDS: An Introduction.** London: Routledge. 2001.

Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA). **Relatório sobre Educação e Inclusão de Pessoas Trans no Brasil.** 2024.

Benedetti, J. **Gênero e Identidade: A Construção do Ser Trans.** São Paulo: Editora ABC. 2005.

CRESWELL, J. W. **Inquérito qualitativo e design de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** Thousand Oaks, CA: SAGE Publications. 2013.

IRIGARAY, L. **A Inserção de Travestis e Transexuais no Mercado Formal de Trabalho: Repressão e Adaptação.** Revista Brasileira de Estudos de Gênero e Sexualidade, 9(1), 45-60. 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Escola: Um Ensaio Sobre a Educação Sexual.** São Paulo: Cortez Editora. 1997.

LUSTOSA, S. & FERREIRA, M. **Travestis, Transsexuais e o Trabalho Formal de Imperatriz - MA.** 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Sou travestis: estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial.** Brasília, DF: Padê editorial, 2018.